



# SIMULAPRO

— Treine. Evolua. Passe. —

## SIMULADO

# 10



PREPARE-SE COMO QUEM  
QUER FAZER PARTE.

# MPES

## AGENTE DE APOIO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO



QUESTÕES  
NO ESTILO  
DA BANCA



CONTEÚDO  
ATUALIZADO



DESEMPENHO  
DETALHADO



FOCO NA  
SUA APROVAÇÃO



TREINE. EVOLUA. **PASSE.**



## Resumo do cargo

Material preparado para treino direcionado, com questões objetivas e gabarito comentado.

## Orientações gerais

- Leia cada questão com atenção antes de responder.
- Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
- Confira o gabarito apenas ao final.

## Estrutura do simulado

Disciplina	Questões
Língua Portuguesa	15
Raciocínio Lógico matemático	5
Legislação e Código de Ética do MPES	10
Noções de Direito Constitucional e de Direito Administrativo	15
Noções de Administração e de Administração Pública	15



# Língua Portuguesa

## Questão 1

Com base na articulação de ideias desenvolvida pelo autor no texto, o principal fator de enfraquecimento do controle social no modelo atual de transparência virtual decorre da:

- A) Insuficiência estrutural das tabelas de temporalidade adotadas pela governança para classificar os prazos operacionais.
- B) Desconexão entre o volume bruto de dados expostos pelas agências e a capacidade real do usuário comum de decodificá-los criticamente.
- C) Recusa sistemática do grupo ocupacional administrativo em alimentar as rotinas de protocolo no Sistema Eletrônico de Informações.
- D) Incompatibilidade formal entre os prazos recursais previstos no regime jurídico único e a celeridade das ouvidorias eletrônicas.
- E) Subordinação hierárquica das comissões de triagem técnica a diretrizes de segurança da informação ditadas por auditorias privadas.

## Questão 2

No texto, a estratégia argumentativa adotada pelo autor para desmistificar o otimismo dos planejadores baseia-se na identificação de:

- A) Um vício de iniciativa formal que contamina a validade das portarias exaradas pela comissão permanente de correição.
- B) Um efeito colateral excludente da digitalização integral, que penaliza os usuários vulneráveis e fragiliza a acessibilidade social.
- C) Uma discrepância contábil crônica entre o plano de carreiras dos servidores efetivos e as metas orçamentárias anuais.
- D) Uma quebra de hierarquia funcional provocada pela autonomia técnica dada aos programadores dos sistemas eletrônicos.
- E) Uma violação dolosa aos preceitos de sigilo e confidencialidade cadastral determinados pelas diretrizes rígidas da LGPD.

## Questão 3

De acordo com o nexo de causa e efeito estabelecido pelo autor, a diluição do rigor terminológico e a busca excessiva pela facilidade de leitura produzem como consequência:

- A) A redução imediata das demandas repetitivas encaminhadas ao crivo analítico das comissões permanentes de licitação.
- B) A perda das prerrogativas regulamentares conferidas por lei ao grupo de apoio do Ministério Público.
- C) A ampliação do espaço de incerteza interpretativa na aplicação de normas, gerando instabilidade na garantia de direitos.
- D) A convalidação automática de todos os atos administrativos praticados por agentes eivados de incompetência de boa-fé.
- E) O alinhamento orçamentário compulsório das metas institucionais com os parâmetros globais da Agenda 2030.

## Questão 4

No fragmento de texto, a crítica formulada pelo autor direciona-se contra:

- A) A falta de investimentos em criptografia e segurança da informação nos servidores em nuvem do Ministério Público.
- B) O esvaziamento qualitativo das manifestações populares decorrente da facilidade técnica, que sobrecarrega a triagem das agências.
- C) O descumprimento dos prazos peremptórios estabelecidos nas tabelas de temporalidade e classificação de documentos.
- D) A ausência de punições severas no texto reformado da Lei de Improbidade Administrativa para condutas com culpa grave.
- E) A subordinação das chefias superiores aos relatórios técnicos emitidos trimestralmente pelas comissões de ética.

### Questão 5

No contexto em que está inserido, o vocábulo destacado em itálico denota uma fundamentação:

- A) Hermética, indicando que a linguagem técnica utilizada inviabiliza o trâmite analítico na secretaria.
- B) Nítida, sinalizando que a exposição da matéria foi feita de maneira clara, inteligível e precisa.
- C) Intempestiva, apontando que os relatórios foram juntados aos autos digitais fora do prazo fixado.
- D) Discricionária, demonstrando que os auditores agiram sem amparo em parâmetros estritos de legalidade.
- E) Preemptória, sugerindo que a peça jurídica esgota os prazos de temporalidade de arquivamento interno.

### Questão 6

Considerando os mecanismos de coesão e as relações lógicas de sentido, o conector destacado foi utilizado em desacordo com as regras gramaticais. Para restabelecer a correção e o nexos de oposição atenuada, ele deve ser substituído por:

- A) visto que
- B) nada obstante
- C) por conseguinte
- D) mediante o qual
- E) já que

### Questão 7

Mantendo a perfeita correlação temporal e o sentido de hipótese projetada no período, caso o primeiro verbo destacado fosse flexionado no futuro do subjuntivo ('Se a comissão técnica revir...'), a forma assumida pelo verbo subsequente deveria ser obrigatoriamente:

- A) não submeterá.
- B) não submetera.
- C) não submeto.
- D) não teria submetido.
- E) não submetesse.

### Questão 8

Assinale a alternativa em que a estrutura oracional atende de forma integral aos preceitos rígidos de concordância verbal estabelecidos pela norma-padrão:

- A) Devem haver cópias autenticadas de todas as atas lavradas arquivadas na pasta digital de segurança.
- B) Fazem aproximadamente três semanas que os autos eletrônicos foram encaminhados à triagem técnica.
- C) Fui eu que encaminhou ontem os relatórios analíticos para o setor de ouvidoria regional do órgão.
- D) Grande parte dos índices de temporalidade documental foi revisada pela equipe de controle interno.
- E) Aluga-se salas de treinamento técnico no bloco operacional para a capacitação das novas equipes.

### Questão 9

Considerando os critérios simétricos de paralelismo sintático da norma-padrão, assinale a opção que reescreve a frase estruturando as correlações em perfeita harmonia formal:

- A) A nova portaria da Procuradoria-Geral de Justiça visa não apenas regulamentar o teletrabalho das equipes, mas também à otimização das ferramentas de governança.
- B) A nova portaria da Procuradoria-Geral de Justiça visa tanto a regulamentação do teletrabalho das equipes quanto otimizar as ferramentas de governança eletrônica.
- C) A nova portaria da Procuradoria-Geral de Justiça visa não apenas à regulamentação do teletrabalho das equipes, mas também à otimização das ferramentas de governança eletrônica.
- D) A nova portaria da Procuradoria-Geral de Justiça visa não só regulamentar o teletrabalho, bem como focar na otimização de todas as ferramentas de governança.
- E) A nova portaria da Procuradoria-Geral de Justiça visa à regulamentação do teletrabalho e simultaneamente otimizar as ferramentas de governança eletrônica.

### Questão 10

De acordo com os preceitos gramaticais da norma culta, as lacunas do período devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- A) à — à — à
- B) a — a — a
- C) à — à — a
- D) à — a — as
- E) as — à — às

### Questão 11

A inserção de vírgulas para isolar a oração adjetiva inserida no período ('Os candidatos com deficiência, que não apresentaram o laudo médico no prazo regulamentar, foram eliminados...') acarretaria a seguinte alteração de significado:

- A) Incorreção sintática imediata, visto que termos restritivos não admitem separação por vírgula em ambiente de adjunção.
- B) Generalização explicativa, indicando que a totalidade dos candidatos com deficiência falhou na entrega do documento e foi eliminada.
- C) Restrição do universo de convocados, explicitando que uma parcela específica conseguiu anexar o laudo a tempo.
- D) Inversão lógica do predicado, transformando a eliminação em uma circunstância condicional ou meramente temporal.
- E) Nenhuma modificação semântica, tendo em vista que as vírgulas em orações adjetivas possuem função estritamente estilística.

### Questão 12

Em estrita conformidade com os preceitos regimentais de regência nominal da norma-padrão, as lacunas devem ser preenchidas por:

- A) por — do que a
- B) em — que os
- C) por — a
- D) de — do que aos
- E) pelas — do que os

### Questão 13

A oração introduzida pela locução sublinhada no período estabelece uma circunstância subordinada adverbial de:

- A) Tempo cronológico pontual.
- B) Proporcionalidade simultânea.
- C) Conformidade administrativa.
- D) Causalidade lógica retroativa.
- E) Concessão argumentativa.

### Questão 14

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas, observando as restrições formais da norma-padrão quanto à colocação pronominal:

- A) havia notificado-nos — expediriam-se
- B) nos havia notificado — expediriam-se
- C) havia nos notificado — se expediriam
- D) nos havia notificado — se expediriam
- E) havia notificado-nos — se expediriam

### Questão 15

Morfologicamente, as ocorrências da palavra destacada em itálico classificam-se, na ordem em que aparecem no fragmento, como:

- A) Advérbio de intensidade / Advérbio de modo.
- B) Advérbio de intensidade / Adjetivo.
- C) Pronome indefinido / Adjetivo.
- D) Adjetivo / Pronome indefinido.
- E) Advérbio de modo / Advérbio de intensidade.

## Raciocínio Lógico matemático

### Questão 16

Considerando os princípios da lógica proposicional clássica, assinale a opção que apresenta uma proposição logicamente equivalente à diretriz do analista:

- A) Se a portaria de instauração não for suspensa imediatamente, então o relatório técnico não contém indícios de fraude e a assinatura eletrônica é válida.
- B) Se a portaria de instauração for suspensa imediatamente, então o relatório técnico contém indícios de fraude ou a assinatura eletrônica é inválida.
- C) Se o relatório técnico não contiver indícios de fraude e a assinatura eletrônica for válida, então a portaria de instauração não será suspensa imediatamente.
- D) O relatório técnico não contém indícios de fraude e a assinatura eletrônica é válida, ou a portaria de instauração não será suspensa imediatamente.
- E) Se a portaria de instauração não for suspensa imediatamente, então o relatório técnico não contém indícios de fraude ou a assinatura eletrônica é válida.

### Questão 17

Com base nas propriedades operacionais de conjuntos, o total de requerimentos administrativos dessa amostra que apresentavam simultaneamente ambos os tipos de irregularidades analisados é:

- A) 15
- B) 20
- C) 25
- D) 30
- E) 35

### Questão 18

Considerando as regras básicas de análise combinatória e probabilidade, a probabilidade de que pelo menos uma das duas mídias escolhidas contenha dados sigilosos é igual a:

- A)  $1/3$
- B)  $2/3$
- C)  $7/15$
- D)  $8/15$
- E)  $11/15$

### Questão 19

Se o servidor deve retirar as pastas de olhos fechados e uma a uma, a quantidade mínima de pastas que ele precisa retirar para ter a certeza absoluta de haver retirado pelo menos 4 pastas da mesma cor é:

- A) 11
- B) 12
- C) 13
- D) 14
- E) 15

### Questão 20

Sabendo que o valor de  $y$  é um número inteiro estritamente compreendido entre 15 e 25 ( $15 < y < 25$ ) e que a média aritmética simples desse conjunto de cinco dados coincide exatamente com o valor da sua mediana, o valor numérico correspondente a  $y$  é:

- A) 16
- B) 19
- C) 20
- D) 22
- E) 24

## Legislação e Código de Ética do MPES

### Questão 21

De acordo com as diretrizes formais de accountability corporativo estabelecidas pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD), os controladores de dados no âmbito do Poder Público têm o dever de:

- A) Omitir os logs de acesso para preservar o sigilo absoluto das rotinas internas de protocolo.
- B) Manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem, especialmente quando fundamentadas no interesse público.
- C) Delegação compulsória de todas as bases cadastrais a empresas privadas de publicidade.
- D) Destruição diária dos metadados de dotação orçamentária eletrônica nos servidores.
- E) Subordinar a classificação documental técnica ao crivo da assessoria militar governamental.

### Questão 22

À luz das diretrizes estratégicas corporativas fixadas pela Portaria nº 8565/2017, a governança institucional exige que as unidades administrativas incorporem de maneira obrigatória em suas rotinas:

- A) A contratação discricionária de consultorias privadas estrangeiras sem licitação.
- B) Mecanismos de gestão integrada de riscos, integridade e monitoramento sistemático do cumprimento de metas e indicadores de desempenho institucional.
- C) A supressão facultativa das planilhas eletrônicas de temporalidade documental.
- D) O arquivamento permanente analógico de minutas obsoletas para evitar o ambiente virtual.
- E) A subordinação regulamentar das superintendências aos decretos lineares do Governador.

### Questão 23

Considerando as regras organizacionais e de relacionamento institucional dispostas na Constituição do Estado do Espírito Santo de 1989, o Ministério Público detém a seguinte atribuição face às CPIs parlamentares:

- A) Subordinar a sua competência penal investigatória às conclusões políticas emitidas pelos deputados.
- B) Receber as conclusões das comissões parlamentares de inquérito que apontem indícios de crimes ou ilícitos, para promover a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- C) Homologar de forma compulsória monocrática os decretos de quebra de sigilo bancário expedidos pela CPI.
- D) Extinguir as comissões parlamentares de ofício com amparo no princípio da autotutela.
- E) Delegar a promoção da ação penal pública incondicionada aos advogados privados da Mesa Diretora.

### Questão 24

Segundo os preceitos expressos de provimento e vacância regulados na Lei Complementar Estadual nº 95/1997 (Lei Orgânica do MPES), o retorno à atividade de membro aposentado por invalidez, quando declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria por junta médica oficial, dá-se pelo instituto da:

- A) Reversão.
- B) Reintegração compulsória judicial.
- C) Recondição administrativa discricionária.
- D) Aproveitamento automático extraordinário.
- E) Readaptação vernacular mitigada.

## Questão 25

Frente às normas imperativas de sigilo profissional dispostas na Resolução CNMP nº 261/2023, o uso de informações institucionais confidenciais não publicadas oficialmente para fins de proveito acadêmico particular remunerado caracteriza:

- A) Atividade legítima amparada no princípio da liberdade de cátedra do professor.
- B) Infração de natureza ética grave, violando os deveres de sigilo profissional, confidencialidade, lealdade institucional e impessoalidade no trato de dados protegidos.
- C) Mera irregularidade estilística passível de convalidação pelas ouvidorias digitais.
- D) Prática chancelada pela Diretoria de TI para fins de difusão pedagógica externa.
- E) Mero erro procedimental de triagem que dispensa registro nas planilhas funcionais.

## Questão 26

De acordo com as competências administrativas e recursais fixadas na Lei Complementar Estadual nº 95/1997, o arquivamento de inquéritos civis promovidos por Promotores de Justiça nas comarcas deve ser submetido ao reexame obrigatório e homologação do:

- A) Governador do Estado privativamente.
- B) Conselho Superior do Ministério Público (ou Câmara de Coordenação e Revisão se estruturada).
- C) Presidente do Tribunal de Justiça por simetria ordinária.
- D) Secretário de Estado de Controle e Transparência por controle externo.
- E) Ouvidor Geral do Atendimento ao Cidadão capixaba.

## Questão 27

Considerando os parâmetros de conformidade e tratamento de dados pessoais pelo Poder Público regulados pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD), a publicação dos dados de qualificação de contratados atende diretamente ao princípio da:

- A) Confidencialidade estrita corporativa.
- B) Publicidade e transparência administrativa ativa, sendo autorizada pelo cumprimento de obrigação legal ou execução de competência pública.
- C) Subordinação hierárquica facultativa aos interesses comerciais de terceiros.
- D) Eliminação compulsória de logs e metadados de auditoria externa.
- E) Precedência do bônus de eficiência gerencial algorítmica ordinária.

## Questão 28

De acordo com os conceitos de governança informativa consolidados na Portaria PGJ nº 897/2023, a pessoa natural indicada pelo MPES para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a ANPD é denominada:

- A) Operador secundário extraordinário.
- B) Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais.
- C) Corregedor-Geral de Triagem Técnica Cível.
- D) Ouvidor Geral de Relacionamento Interpessoal.
- E) Analista Especializado em Temporalidade Documental.

### Questão 29

Com amparo nas proibições e vedações de natureza institucional impostas aos membros do Ministério Público pela Constituição do Estado do Espírito Santo de 1989 e pela CRFB/88, o membro ativo da instituição:

- A) Pode assumir cargos políticos executivos de livre nomeação, desde que se afaste temporariamente de suas promotorias.
- B) É proibido de exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério, o que inviabiliza assumir cargo de Secretário de Estado, exceto se houver opção de desvinculação definitiva da carreira por exoneração.
- C) Pode assumir funções comissionadas no Poder Executivo por cessão discricionária e irrevogável chancelada pelo Tribunal de Justiça.
- D) É autorizado a acumular cargos políticos executivos com o exercício das promotorias regionais do interior.
- E) Fica sujeito à perda imediata das garantias de irredutibilidade de subsídios caso recuse o convite governamental.

### Questão 30

Segundo os preceitos expressos de gestão e movimentação funcional da carreira contidos na Lei Complementar Estadual nº 95/1997, as remoções e permutas voluntárias entre membros dependem obrigatoriamente de:

- A) Decreto normativo de homologação expedido privativamente pelo Governador do Estado.
- B) Deliberação e deferimento do Conselho Superior do Ministério Público, observada a conveniência do serviço e os critérios legais.
- C) Aprovação por escrutínio secreto realizado na Mesa Diretora da Assembleia Legislativa.
- D) Sorteio eletrônico automatizado dos metadados de protocolo na plataforma digital SEI.
- E) Parecer consultivo vinculante exarado de ofício pela associação de servidores estáveis.

## Noções de Direito Constitucional e de Direito Administrativo

### Questão 31

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) instaurou procedimento de controle administrativo para analisar a validade de uma portaria expedida pelo Procurador-Geral de Justiça do MPES que fixou critérios organizacionais para a escala de plantões das Promotorias de Justiça. Sob a perspectiva constitucional do controle exercido pelo CNMP, assinale a afirmativa correta:

- A) O CNMP carece de competência para intervir em atos de caráter estritamente regulamentar ou operacional das chefias estaduais.
- B) O CNMP detém competência para desconstituir, de ofício ou mediante provocação, atos administrativos praticados por membros e órgãos do Ministério Público de qualquer ente federado, quando eivados de ilegalidade ou abuso de poder.
- C) O controle do CNMP restringe-se às esferas orçamentárias federais, não alcançando atos dos Ministérios Públicos estaduais.
- D) Os atos do CNMP dependem de posterior homologação do Conselho Nacional de Justiça para produzirem efeitos válidos.
- E) O CNMP atua apenas como órgão recursal de decisões já proferidas pelo Poder Judiciário em mandados de segurança.

### Questão 32

Um partido político ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal para questionar o teor de um artigo da Constituição Estadual que já havia exaurido completamente os seus efeitos temporais (norma de eficácia exaurida/transitória do ADCT estadual). À luz da jurisprudência consolidada do STF, o processo da referida ADI deverá ser:

- A) Julgado procedentemente face à supremacia da Constituição Federal.
- B) Extinto sem resolução do mérito, por perda superveniente do objeto, tendo em vista que normas com eficácia exaurida ou leis já revogadas não se submetem ao controle abstrato de constitucionalidade por ausência de interesse de agir e utilidade do provimento.
- C) Convertido em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental automaticamente pelo relator.
- D) Remetido para julgamento definitivo no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
- E) Suspenso até a edição de nova emenda constitucional que convalide a matéria.

### Questão 33

O Ministério Público do Estado necessita adquirir um imóvel específico cujas características de localização, instalações e tamanho são singularmente adequadas para abrigar a nova sede das Promotorias criminais da capital. A equipe técnica atestou a inviabilidade de competição por não haver outro imóvel apto na região. Nos termos da Lei nº 14.133/21, essa contratação direta configura hipótese de:

- A) Dispensa de licitação em razão do valor limite.
- B) Inexigibilidade de licitação, tendo em vista a inviabilidade de competição decorrente da singularidade das necessidades de instalação e localização do imóvel (Art. 74, V).
- C) Dispensa de licitação por emergência ou calamidade pública.
- D) Licitação dispensada por determinação judicial prévia.
- E) Inexigibilidade por inviabilidade de competição decorrente de fornecedor exclusivo de serviços técnicos.

### Questão 34

No curso de uma fiscalização administrativa de trânsito, agentes públicos apreenderam o aparelho celular de um motorista sob a suspeita de receptação ilícita. Sem prévia autorização judicial ou consentimento do proprietário, os agentes acessaram o registro de chamadas e as mensagens do aplicativo WhatsApp. Nos termos da jurisprudência firmada pelos Tribunais Superiores (STF e STJ):

- A) A conduta dos agentes é lícita, visto que o sigilo bancário e de dados não abrange aparelhos de telefonia celular.
- B) A conduta dos agentes é ilícita, pois o acesso a dados armazenados em aparelhos celulares (mensagens, WhatsApp, fotos) sem autorização judicial ou consentimento do titular viola a intimidade e o sigilo de dados (Art. 5º, X e XII, da CF), tornando nulas as provas colhidas.
- C) A prova é perfeitamente válida se os agentes confirmarem o indício por testemunho vicário.
- D) O acesso eletrônico é franqueado aos agentes de segurança independentemente de mandado se o proprietário for reincidente.
- E) A ilicitude é integralmente suprida caso a autoridade obtenha ordem judicial ratificadora nas 48 horas seguintes.

### Questão 35

Considere que tenha ocorrido um acidente em uma usina termonuclear estatal que provocou vazamento de radiação e causou danos ao meio ambiente e à saúde da população do entorno. No âmbito do Direito Administrativo brasileiro, a responsabilidade civil do Estado por danos nucleares rege-se pela:

- A) Teoria da culpa do serviço (responsabilidade subjetiva).
- B) Teoria do risco administrativo, admitindo excludentes de força maior ou caso fortuito.
- C) Teoria do risco integral (responsabilidade objetiva agravada), na qual o Estado responde pelos danos causados independentemente da existência de culpa e sem possibilidade de invocar excludentes de responsabilidade.
- D) Teoria da responsabilidade subsidiária mitigada tributária.
- E) Teoria da irresponsabilidade estatal por atos de soberania energética.

### Questão 36

Um médico militar que ocupa cargo efetivo na estrutura da Polícia Militar estadual logrou aprovação em concurso público para o cargo de médico legista da Polícia Civil do mesmo Estado. Sabendo que há compatibilidade de horários, assinale a afirmativa correta sobre a possibilidade de acumulação remunerada à luz do texto constitucional vigente:

- A) A acumulação é proibida, haja vista que servidores militares submetem-se à dedicação exclusiva absoluta.
- B) A acumulação é permitida, pois a Constituição Federal estende expressamente aos militares dos Estados a autorização de acumulação de dois cargos públicos privativos de profissionais de saúde, havendo compatibilidade de horários.
- C) A acumulação depende de autorização excepcional por decreto discricionário do Governador do Estado.
- D) É permitida apenas se o servidor abrir mão integralmente da remuneração do cargo militar mais antigo.
- E) É proibida, uma vez que a Polícia Civil e a Polícia Militar constituem carreiras concorrentes inconciliáveis.

### Questão 37

Uma concessionária de fornecimento de água potável realizou uma interrupção temporária do serviço em todo um bairro da cidade durante o período diurno para a realização de reparos emergenciais urgentes na adutora principal que corria risco de rompimento. A interrupção ocorreu sem aviso prévio individual em razão da iminência do desastre técnico. À luz da Lei de Concessões (Lei nº 8.987/95), a conduta da empresa é:

- A) Ilícita, violando o princípio da continuidade do serviço público de forma absoluta.
- B) Lícita, visto que não caracteriza descontinuidade do serviço a sua interrupção por motivos de ordem técnica ou de segurança das instalações, quando motivada por situação de emergência.
- C) Ilícita, exigindo a prévia instauração de processo administrativo com ampla defesa de todos os usuários.
- D) Lícita, desde que a empresa conceda desconto compulsório de 50% nas faturas de todos os afetados.
- E) Ilícita, face à obrigatoriedade de alvará judicial prévio para intervenções em adutoras metropolitanas.

### Questão 38

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) recebeu denúncia criminal oferecida pelo Ministério Público Federal contra o Governador do Estado em exercício pela suposta prática de crime comum de corrupção passiva. Diante do modelo traçado pela jurisprudência vinculante do STF a respeito do afastamento temporário do Chefe do Executivo estadual, assinale a opção correta:

- A) O recebimento da denúncia pelo STJ afasta automaticamente o Governador de suas funções pelo prazo de 180 dias.
- B) O afastamento do Governador por crime comum não é automático com o recebimento da denúncia, dependendo de decisão fundamentada e expressa do STJ que demonstre a necessidade cautelar da medida.
- C) O STJ carece de jurisdição criminal sobre Governadores, competindo o processo originário ao Plenário da Assembleia Legislativa.
- D) A Assembleia Legislativa estadual deve conceder autorização prévia por quórum de dois terços para permitir o recebimento da denúncia.
- E) O Governador goza de imunidade temporária absoluta contra qualquer processo criminal por atos alheios ao mandato.

### Questão 39

Determinado ato administrativo de concessão de gratificação a um servidor foi praticado por escrito, mas omitiu a indicação do número da matrícula funcional do beneficiário no preâmbulo, vício considerado puramente acessório e incapaz de gerar dúvida sobre a identidade do servidor. Sabendo que o ato atendeu à finalidade legal e não prejudicou terceiros, a Administração deve proceder à:

- A) Anulação compulsória ex tunc por ilegalidade formal.
- B) Convalidação do ato administrativo por meio de retificação (sanatória), corrigindo o defeito formal sanável com efeitos retroativos.
- C) Revogação ex nunc fundada em conveniência e oportunidade orçamentária.
- D) Cassação punitiva face à violação da isonomia processual.
- E) Conversão do ato em mera recomendação opinativa desprovida de eficácia.

### Questão 40

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo teve as contas anuais de sua gestão administrativa e financeira submetidas à apreciação e fiscalização dos órgãos de controle externo. De acordo com o ordenamento constitucional vigente, as contas do Ministério Público Estadual são julgadas definitivamente pelo:

- A) Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).
- B) Tribunal de Contas do respectivo Estado (TCE).
- C) Poder Judiciário, por meio de turma especial do Tribunal de Justiça.
- D) Governador do Estado por ato de homologação fiscal.
- E) Comitê de Auditoria da Assembleia Legislativa privativamente.

### Questão 41

No curso de uma sindicância administrativa instaurada no MPES, o servidor investigado requereu formalmente o depoimento pessoal de três testemunhas para contrapor as alegações da acusação. A comissão indeferiu o pedido sob o argumento genérico de que o processo administrativo deve adotar apenas provas documentais. Diante da disciplina do processo administrativo e da Constituição:

- A) O indeferimento está correto, pois provas orais são restritas ao processo judicial criminal.
- B) O indeferimento imotivado ou baseado em premissa genérica de provas úteis viola frontalmente as garantias do contraditório e da ampla defesa, gerando a nulidade absoluta do procedimento disciplinar.
- C) O servidor deve recolher taxa judicial extraordinária se quiser ouvir testemunhas na via administrativa.
- D) A comissão goza de soberania discricionária absoluta para moldar o acervo de provas do PAD.
- E) Provas testemunhais administrativas dependem de autorização judicial expressa de juízo cível.

### Questão 42

A Assembleia Legislativa estadual editou lei fixando valores e isenções sobre taxas judiciais, custas processuais e emolumentos de serviços notariais no âmbito do Tribunal de Justiça local. Sopesando as regras de repartição de competências legislativas da CF/88, a referida lei estadual é:

- A) Inconstitucional, pois custas e emolumentos inserem-se na competência privativa da União sobre direito processual civil.
- B) Constitucional, visto que compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre custas dos serviços forenses (Art. 24, IV, CF), tendo os Estados competência para fixar seus próprios valores e isenções de âmbito local.
- C) Inconstitucional, unicamente se houver oposição formal do Conselho Nacional de Justiça.
- D) Constitucional, desde que os valores arrecadados sejam partilhados paritariamente com o Tesouro Federal.
- E) Inconstitucional, por versar sobre matéria tributária cuja iniciativa seria restrita ao Presidente da República.



**SIMULAPRO**

Treine. Evolua. Passe.

### Questão 43

Uma sociedade de economia mista estadual deliberou pela criação de uma empresa subsidiária para a exploração de um ramo de negócios específico de logística. À luz da disciplina do Art. 37, inciso XX da Constituição Federal, para a criação de subsidiárias de empresas públicas e sociedades de economia mista:

- A) Exige-se a edição de lei específica para cada subsidiária criada, vedadas autorizações legislativas genéricas.
- B) Depende de autorização legislativa, a qual, conforme jurisprudência do STF, pode ser concedida de forma genérica na própria lei que instituiu a empresa estatal matriz, sendo dispensável lei específica para cada subsidiária.
- C) Não se exige nenhuma manifestação ou ato do Poder Legislativo, bastando o registro dos atos constitutivos na Junta Comercial.
- D) Exige-se autorização prévia por meio de resolução do Tribunal de Contas do Estado.
- E) Fica proibida a participação de capital privado na composição acionária da subsidiária criada.

### Questão 44

O Poder Executivo local, por meio de decreto motivado, determinou a dissolução compulsória definitiva e o fechamento das atividades de uma associação comunitária local, sob a acusação de que a entidade promovia reuniões de cunho subversivo. Confrontando o ato com as regras do Art. 5º, XIX da CRFB/88, a determinação do Executivo é:

- A) Lícita, face ao poder de polícia e à autoexecutoriedade de que goza a Administração.
- B) Inconstitucional, pois as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no caso de dissolução definitiva, o trânsito em julgado.
- C) Lícita, desde que a dissolução seja ratificada pelo Ministério Público no prazo de dez dias.
- D) Inconstitucional, exclusivamente porque atos de dissolução de pessoas jurídicas exigem a edição de lei ordinária municipal.
- E) Lícita, operando-se a perda patrimonial imediata dos bens da associação em favor do fundo social público.

### Questão 45

Ao analisar a estrutura do ato administrativo, um assistente técnico do MPES constatou que o elemento que se conceitua como o efeito jurídico imediato produzido pelo ato, ou seja, a alteração que este introduz na ordem jurídica (criar, modificar ou extinguir direitos), denomina-se:

- A) Competência.
- B) Finalidade.
- C) Forma.
- D) Motivo.
- E) Objeto (ou conteúdo).

## Noções de Administração e de Administração Pública

### Questão 46

A Nova Governança Pública baseia-se na cocriação de valor público e na atuação em rede entre o Estado e atores não estatais. No âmbito desse paradigma contemporâneo, a transparência deixa de ser apenas um dever formal de publicação para se converter em um instrumento de:

- A) Reter informações sensíveis sobre a remuneração de cargos de confiança.
- B) Accountability horizontal e vertical, permitindo o controle social e a participação ativa dos cidadãos na tomada de decisões e na fiscalização das políticas.
- C) Ampliação dos níveis hierárquicos intermédios e da rigidez procedimental.
- D) Isenção perpétua das entidades parceiras na prestação de contas ao Tribunal de Contas.
- E) Centralização das rotinas de atendimento no gabinete da chefia executiva.

### Questão 47

A emersão do Terceiro Setor como parceiro na execução de serviços não exclusivos do Estado reflete as diretrizes das reformas administrativas gerenciais. Quando o Poder Público celebra um acordo de parceria com uma Organização Social (OS) visando a gestão compartilhada de um hospital público, o instrumento jurídico adequado de contratualização de resultados denomina-se:

- A) Convênio administrativo de mútua cooperação.
- B) Contrato de Gestão.
- C) Termo de Parceria fiduciário.
- D) Contrato de concessão tarifada.
- E) Acordo de cooperação técnica internacional.

### Questão 48

Um analista de gestão avalia as unidades finalísticas de uma fundação pública por meio de uma matriz que cruza a 'atratividade do setor social a longo prazo' com a 'força competitiva/competência da unidade'. Na ciência da administração, essa ferramenta avançada de análise de portfólio denomina-se:

- A) Matriz Swot de ambiente cruzado.
- B) Matriz GE/McKinsey.
- C) Gráfico de Pareto de causas vitais.
- D) Matriz de Ansoff de penetração.
- E) Ciclo PDCA de melhoria incremental.

### Questão 49

O Código de Ética Profissional do Servidor Público (Decreto nº 1.171/94) dispõe sobre o relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho. O texto normativo estabelece que a cortesia, a boa vontade, o respeito e o esforço para a compreensão mútua são deveres do servidor que se estendem não apenas aos usuários, mas também aos seus colegas. A prática de atos que menosprezem ou prejudiquem as linhas de trabalho de outro servidor por razões de rivalidade pessoal constitui conduta que atenta contra a:

- A) Discricionariedade do poder hierárquico.
- B) Dignidade da função pública e a harmonia do ambiente, ferindo a moralidade administrativa.
- C) Soberania orçamentária do comitê de despesas.
- D) Transparência passiva das portarias internas.
- E) Regra de ouro de responsabilidade fiscal.

### Questão 50

A Diretoria de Modernização do MPES implementou um programa de gestão focado na redução drástica da variabilidade dos processos administrativos, visando atingir um nível de excelência operacional com no máximo 3,4 defeitos ou falhas por milhão de oportunidades (DPMO). Essa metodologia estruturada da qualidade denomina-se:

- A) Reengenharia disruptiva radical.
- B) Seis Sigma (Six Sigma).
- C) Filosofia Just-in-time de stocks.
- D) Matriz GUT de priorização urgente.
- E) Análise de regressão linear paramétrica.

### Questão 51

No âmbito das rotinas digitais do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), quando um documento assinado eletronicamente por uma autoridade do MPES é impresso em suporte papel para entrega a um cidadão, a validação de sua autenticidade e integridade pelo terceiro receptor externo pode ser realizada na internet por meio da leitura de um elemento visual impresso no rodapé da folha denominado:

- A) Token de acesso facial biométrico.
- B) QR Code (acompanhado pelo Código de Verificação e o Código CRC).
- C) Chave de criptografia militar simétrica.
- D) Indexador de metadados flutuantes ocultos.
- E) Chancela mecânica digitalizada em scanner.

### Questão 52

Os arquivos do MPES organizam as diretrizes e pareceres de consultoria adotando um método de ordenação por assunto. Quando a classificação divide os assuntos de forma hierárquica, partindo de temas gerais (classes) para temas específicos (subclasses e subgrupos), estruturados sob um código decimal ou numérico, o método assuntivo classifica-se como:

- A) Alfabético dicionário.
- B) Ideográfico duplex.
- C) Ideográfico sistemático.
- D) Numérico cronológico linear.
- E) Geográfico por comarca municipal.

### Questão 53

A Lei Federal nº 12.527/11 (LAI) assegura aos cidadãos o amplo acesso às informações produzidas pelos órgãos públicos. Contudo, o texto legal delimita hipóteses em que o pedido pode ser legitimamente recusado por exigir um esforço desproporcional. Assinale a opção que indica uma circunstância de recusa legítima de acesso nos termos do regulamento da LAI:

- A) Pedidos de acesso a tabelas de subsídios de servidores ativos.
- B) Pedidos de informação que exijam trabalhos adicionais de análise, produção ou consolidação de dados que não sejam de competência do órgão ou que demandem um esforço desproporcional desprovido de interesse público imediato.
- C) Solicitações de cópias de editais de licitações em andamento.
- D) Requerimentos nominiais de gastos com passagens aéreas institucionais.
- E) Consultas aos prazos de guarda das tabelas de temporalidade.

### Questão 54

No balcão de atendimento ao público do MPES, a comunicação e o relacionamento com o cidadão processam-se por canais verbais e não verbais. Dentre os elementos da comunicação não verbal que devem ser rigidamente monitorados pelo técnico administrativo para transmitir segurança, profissionalismo e acolhimento institucional, destacam-se:

- A) O uso correto e preciso dos jargões latinos do direito processual.
- B) A postura corporal, o contacto visual direto, a expressão facial neutra/empática e o tom de voz moderado.
- C) O preenchimento veloz de metadados em planilhas eletrônicas do SEI.
- D) A omissão intencional de respostas para evitar prolongar o atendimento.
- E) A digitação mecânica ininterrupta sem olhar para o cidadão utente.

### Questão 55

O princípio democrático participativo exige a inserção dos cidadãos nos processos decisórios orçamentários do Estado. O instrumento que garante a eficácia desse controlo social, permitindo à população propor emendas e debater diretamente as dotações para obras locais nas reuniões da Assembleia ou das Câmaras, denomina-se:

- A) Sindicância patrimonial unificada sigilosa.
- B) Orçamento Participativo (viabilizado por audiências públicas e fóruns de delegados da sociedade civil).
- C) Decreto executivo de contingenciamento fiscal compulsório.
- D) Homologação de contas por comissão paritária de magistrados.
- E) Centralização das receitas de impostos em fundos fechados.

### Questão 56

Uma equipa de técnicos do MPES processou 800 notificações eletrónicas em 5 dias de trabalho, operando com um custo de energia e insumos computacionais perfeitamente alinhado ao padrão orçamentário estabelecido pelo setor. Esse indicador de desempenho, focado estritamente na medição da quantidade de produtos gerados por unidade de tempo e recursos, avalia a:

- A) Efetividade social secundária macro.
- B) Produtividade (uma vertente da eficiência que mede o rendimento das saídas em relação ao tempo ou recursos aplicados).
- C) Eficácia nominal abstrata de metas de longo prazo.
- D) Equidade fiscal setorial mitigada.
- E) Exemplaridade corporativa deontológica interna.

### Questão 57

Uma Empresa Pública estadual é encarregada de prestar serviços essenciais de saneamento básico em regime não concorrencial e com capital 100% público. No momento da execução de uma condenação judicial de cariz pecuniário, o STF estendeu a essa entidade estatal a impenhorabilidade de seus bens afetados ao serviço. Essa prerrogativa decorre do facto de a referida empresa pública:

- A) Atuar na exploração de atividade comercial lucrativa de livre mercado.
- B) Prestar um serviço público essencial, de titularidade própria do Estado e em regime não concorrencial, justificando a incidência de prerrogativas protetivas de direito público sobre os bens afetados à continuidade do serviço.
- C) Possuir diretores vitalícios nomeados por órgãos multilaterais internacionais.
- D) Ficar totalmente isenta da submissão a concursos públicos de ingresso.
- E) Submeter-se ao controlo disciplinar exclusivo do Conselho Nacional de Justiça.

### Questão 58

No âmbito dos modelos contemporâneos de gestão ágil por resultados adotados no setor público, a metodologia OKR destaca-se pela sua dinâmica de alinhamento de curto prazo. Na estrutura dessa ferramenta, a sigla OKR significa, respectivamente:

- A) Orçamento, Kpi e Racionalização.
- B) Objectives and Key Results (Objetivos e Resultados-Chave).
- C) Organização, Kaizen e Resiliência.
- D) Ouvidoria, Kanban e Regulamentação.
- E) Operação, Cronograma e Redesenho.

### Questão 59

Um gestor público nomeou um parente consanguíneo em linha reta para ocupar um cargo em comissão de assessoria jurídica na estrutura da autarquia que chefia, sem que o nomeado possuísse qualquer qualificação técnica na área. No âmbito da teoria das organizações e da moralidade, essa conduta manifesta a emergência de uma disfunção que caracteriza o retrocesso para o seguinte modelo de gestão:

- A) Gerencial moderno focado em resultados.
- B) Patrimonialista tradicional (caracterizado pela confusão entre o patrimônio público e o privado, nepotismo e clientelismo).
- C) Burocrático weberiano meritocrático rígido.
- D) Pós-burocrático de governança participativa em rede.
- E) Fiduciário corporativo de mercado aberto.

### Questão 60

A central de protocolo eletrônico do MPES recebeu um documento digitalizado contendo um termo de declarações que servirá como peça de prova material em uma investigação de desvio de verbas. De acordo com as normas de gestão documental do SEI e a segurança da informação, para que a cópia digitalizada tenha força probatória idêntica ao original em papel, o servidor deve assinar digitalmente o documento, operação que garante a:

- A) Eliminação automática subsequente do suporte físico original na fragmentadora.
- B) Autenticidade, integridade e o não repúdio da cópia eletrônica no processo digital.
- C) Isenção perpétua do processo contra sofrer auditorias do Tribunal de Contas.
- D) Conversão do processo em formato de imagem estática não indexável.
- E) Transmissão automática dos direitos autorais do texto à assessoria de imprensa.

# Redação - Dissertativo-Argumentativo - Estilo FGV

## Tema

A precarização do patrimônio moral do Estado e o assédio moral no ambiente institucional público: os limites da hierarquia face à dignidade do servidor

## Textos motivadores

Texto 1 - Excerto Técnico / Doutrinário: O poder hierárquico constitui um dos pilares estruturais da Administração Pública, conferindo às chefias a prerrogativa legal de ordenar, coordenar, rever e fiscalizar as atividades de seus subordinados. No entanto, o exercício da autoridade administrativa deve alinhar-se obrigatoriamente aos princípios da moralidade e da dignidade da pessoa humana. O desvio das funções de comando, caracterizado pela imposição de cobranças vexatórias, metas inalcançáveis e isolamento deliberado de funcionários, configura o assédio moral institucional. Sob a ótica da teoria das organizações, essa patologia de gestão compromete o clima laboral, destrói o patrimônio moral do Estado e sabota a própria eficiência da prestação do serviço público.

Texto 2 - Análise Jurisprudencial / Código de Ética: Os Códigos de Ética do serviço público (como o Decreto nº 1.171/94) preceituam que a cortesia, a urbanidade e o esforço para a compreensão mútua são deveres recíprocos que integram o decoro da função. Os Tribunais Superiores têm consolidado jurisprudência firme no sentido de responsabilizar civilmente o Estado por danos morais decorrentes de assédio moral sistêmico praticado por superiores hierárquicos. O Judiciário reforça que a subordinação funcional não implica a aniquilação dos direitos fundamentais do trabalhador, cabendo à Administração Pública implementar programas de integridade e canais de Ouvidoria interna eficazes para identificar preventivamente abusos antes que estes gerem o afastamento por invalidez ou o colapso da saúde ocupacional do servidor.

Texto 3 - Dados Estatísticos / Controle Social: Pesquisas censitárias realizadas em sindicatos do funcionalismo público revelam que 42% dos servidores ativos relatam já ter sofrido ou presenciado episódios recorrentes de assédio moral no ambiente institucional. Paralelamente, dados de auditorias indicam que a superconformidade burocrática e o medo de represálias (opacidade procedimental) fazem com que 70% das vítimas evitem formalizar denúncias nos canais de controle interno. O impasse central reside em discernir se o aparato estatal brasileiro dispõe de maturidade gerencial e mecanismos de accountability para punir o abuso de poder vertical ou se as estruturas tradicionais de hierarquia ainda funcionam como uma blindagem corporativa que perpetua a violência psicológica institucionalizada.

## Instruções para a redação

- Com base na leitura dos textos motivadores e nos seus conhecimentos estruturados, redija um texto dissertativo-argumentativo em prosa, na norma-padrão da Língua Portuguesa.
- Seu texto deve apresentar uma tese clara, argumentos consistentes e uma conclusão lógica sobre o tema proposto.
- Defenda o seu ponto de vista de forma fundamentada, demonstrando domínio das regras gramaticais e de coesão textual.
- O texto final deve ter entre 20 e 30 linhas (conforme o padrão da banca).

Escreva seu texto em, no mínimo, 20 linhas e, no máximo, 30 linhas.

# Folha de redação

01

02

03

04

05

06

07

08

09

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30



# Folha de respostas

Q	A	B	C	D	E
01	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
02	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
03	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
04	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
05	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
06	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
07	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
08	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
09	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
14	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
15	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q	A	B	C	D	E
16	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
17	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
18	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
19	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
20	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
21	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
22	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
23	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
24	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
25	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
26	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
27	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
28	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
29	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
30	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q	A	B	C	D	E
31	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
32	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
33	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
34	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
35	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
36	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
37	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
38	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
39	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
40	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
41	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
42	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
43	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
44	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
45	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q	A	B	C	D	E
46	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
47	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
48	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
49	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
50	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
51	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
52	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
53	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
54	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
55	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
56	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
57	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
58	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
59	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
60	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

